



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 253, DE 2010

Altera a Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, para prever a hipótese de punição do agente público por adotar ato ou procedimento administrativo arbitrário, com evidente má-fé.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 11 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, passa a vigorar acrescido do inciso VIII, com a seguinte redação:

Art. 11.

.....

VIII – adotar ato ou procedimento administrativo arbitrário, com evidente má-fé, que implique dano moral ou material para o interessado. (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O nosso objetivo é alterar a Lei de Improbidade Administrativa, que é uma lei nacional, portanto, de aplicação no âmbito de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, conforme prevê o seu art. 1º, para que qualquer agente público, servidor ou não, sofra as rigorosas punições dessa Lei, caso adote procedimento administrativo arbitrário, com evidente má-fé, que implique dano moral ou material para o interessado.

A pena cominada para essa hipótese de delito é a que está fixada mediante o inciso III do art. 12 da Lei de Improbidade Administrativa, que é o *ressarcimento integral do dano, se houver, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de três a cinco anos, pagamento de multa civil de até cem vezes o valor da remuneração percebida pelo agente e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de três anos.*

Trata-se, portanto, de preencher uma lacuna da Lei de Improbidade Administrativa, que não prevê a hipótese por nós aduzida, que se configura quando o agente público adota ato ou procedimento administrativo arbitrário e eivado de má-fé que cause danos morais ou materiais ao interessado.

Neste caso, cabe ao próprio agente público, se condenado em devido processo judicial, prover o ressarcimento dos prejuízos ao lesado pela prática do ato ou procedimento administrativo impróprio.

Acreditamos que a nossa proposição será eficaz para coibir essa forma de abuso de autoridade ao estabelecer severa punição para o agente público que agir dolosamente em prejuízo dos direitos do administrado.

Sala das Sessões,

Senador **JOÃO FAUSTINO**

*LEGISLAÇÃO CITADA***LEI FEDERAL Nº 8.429 DE 02 DE JUNHO DE 1992**

Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências.

.....

Art. 11. Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições, e notadamente:

I - praticar ato visando fim proibido em lei ou regulamento ou diverso daquele previsto, na regra de competência;

II - retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício;

III - revelar fato ou circunstância de que tem ciência em razão das atribuições e que deva permanecer em segredo;

IV - negar publicidade aos atos oficiais;

V - frustrar a licitude de concurso público;

VI - deixar de prestar contas quando esteja obrigado a fazê-lo;

VII - revelar ou permitir que chegue ao conhecimento de terceiro, antes da respectiva divulgação oficial, teor de medida política ou econômica capaz de afetar o preço de mercadoria, bem ou serviço.

.....

Art.12.....

.....

III - na hipótese do art. 11, ressarcimento integral do dano, se houver, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de três a cinco anos, pagamento de multa civil de até cem vezes o valor da remuneração percebida pelo agente e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de três anos.

.....

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa)

Publicado no **DSF**, em 08/10/2010.